



Políticas públicas de ações afirmativas na educação superior para indígenas: estudo de caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Erika Kaneta Ferri

Maria Helena Salgado Bagnato

Introdução

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é pioneira na oferta de cotas para negros e índios, com a proposta institucional de política de Ação Afirmativa. A política de Ação Afirmativa vai ao encontro das reivindicações dos movimentos da liderança indígena, indigenistas, movimentos de professores indígenas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições de ensino em prol da causa indígena.

No que se refere à questão indígena, dentre as Ações Afirmativas nas Instituições de Ensino Superior brasileiras cita-se o sistema de cotas, o qual, mesmo sendo considerado uma medida compensatória, ainda é, neste momento da educação superior do Brasil, uma forma de mitigar as mazelas produzidas há mais de 500 anos aos povos indígenas.

É importante destacar que o sistema de cotas é apenas uma das formas de Ação Afirmativa; existem outros instrumentos e mecanismos que podem garantir o acesso e permanência das minorias nas Instituições de Educação Superior, como, por exemplo: a reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas, pontos adicionais no processo seletivo para alunos oriundos de escola pública, bolsas de extensão e bolsas de pesquisa.

O estado de Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população de indígenas do Brasil, de aproximadamente 70.383 mil pessoas (SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA, 2012), que enfrentam precárias condições de vida e possuem indicadores sociais alarmantes. Essa situação possui uma longa trajetória histórica, que tem como pano de fundo



a luta fundiária, pois o estado tem como principal fonte de renda e desenvolvimento a agricultura e a pecuária, o que provoca inúmeras tensões entre indígenas e parte da sociedade envolvida.

A partir dessas questões, a presente tese de doutoramento aborda sobre a implementação das Políticas de Ações Afirmativas para populações indígenas, numa indagação de que forma se dá e se deu o processo histórico dos 10 anos de implementação de tal política da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Os estudos sobre o processo de implementação de Políticas Públicas são parcos e na grande maioria se centram nos resultados, ou seja, nas consequências. Os resultados destes estudos têm demonstrado hiatos entre o que é formulado e o que é implementado, sendo que os efeitos alcançados são totalmente distintos dos objetivos e metas previamente almejados.

Objetivo

Objetivo do estudo foi analisar a implementação das políticas públicas de Ações Afirmativas direcionadas aos povos indígenas, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, considerando o período 2004/2014.

Metodologia

Caracterizou-se como estudo qualitativo, estudo de caso político histórico organizacional considerando o período entre os anos de 2004 a 2014. Para coleta dos dados foram consultados documentos oficiais da referida Instituição: Relatórios de Gestão, Resoluções, Portarias e o Plano de Desenvolvimento Institucional, os quais foram analisados à luz da Educação Crítica e nos estudos de implementação de políticas públicas.

Resultados

A UEMS, no ano 2001, criou o Curso Normal Superior, inicialmente para professores indígenas das etnias Terena e Kadwéu e a partir de 2003 para os professores Guaranis Kaiowás. No ano de 2004, formaram-se 26 indígenas Terena na Unidade Universitária de



Aquidauana, e, em 2006, 27 Guaranis na Unidade Universitária de Amambai (CORDEIRO, 2005).

Por intermédio da Lei Estadual nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002, a UEMS passa a oferecer reserva de vagas em seus cursos para indígenas. Em 2004, 186 se inscreveram para o vestibular, 116 foram classificados e 67 efetuaram a matrícula; dos 67 matriculados, 37 eram do sexo masculino e 30 do sexo feminino, e apenas oito concluíram os cursos em 2007, Zarpelon e Cordeiro (2011) afirmam “que este índice em grande parte é devido ao fator econômico e a relação com os professores no não entendimento as especificidades culturais indígenas”.

Corroboram com esse pensamento os estudos desenvolvidos por Giroux (1992) sobre evasão, afirmando que, embora as origens deste quadro estejam na sociedade em geral, há no universo escolar práticas materiais e ideológicas que colaboram para produzir diferenças de classes, raça e sexo. Santos (2010, p. 69) enfoca que:

Talvez seja correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados.

Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 (UEMS, 2013) a respeito da Política de Ação Afirmativa destinada a indígenas, o referido documento cita que após 10 anos da instituição da mesma, constatou-se que, entre os anos de 2005 a 2013, ingressaram 3.588 negros e 1.796 indígenas, e entre os concluintes 637 negros (20,74%), e 93 (10,86) %, indígenas, como se observa no quadro 1 e 2, a seguir.

Quadro 1 - Progressão na Oferta de Vagas - UEMS relativo ao ano de ingresso - 2005 a 2013.

Variáveis	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vagas Gerais	1.078	1.148	1.169	1.239	1.295	1.645	1.680	1.659	1.643
Negros	308	328	334	354	370	370	480	474	470
Indígenas	154	164	167	177	185	240	240	237	237
TOTAL	1.540	1.640	1.670	1.770	1.850	2.255	2.400	2.370	2.350



Fonte: Relatório Anual de atividades físicos financeiros da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – janeiro a outubro de 2013.

Em relação à oferta de vagas, podemos observar no quadro 2, a seguir, que houve um aumento considerável na oferta de vagas, recorte entre os anos 2005 e 2012. Entende-se que a oferta de vagas se dá na UEMS, pela criação de novos cursos, portanto, aumentaram-se as possibilidades de escolhas dos vestibulandos indígenas e também de novos cursos em campus diferentes. Por exemplo, o curso de História, no município de Amambai, que se iniciou em 2008; Engenharia Florestal, em Aquidauana, em 2006; e Geografia, na unidade de Campo Grande, no ano de 2010, municípios estes que concentram povos e aldeias indígenas¹.

Quadro 2 - Número de Ingressantes e Concluintes Negros e Indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul entre os anos de 2004 a 2014

Cotistas	Ingressantes	Concluintes	% de Concluintes
Negros	3.071	637	20,74%
Indígenas	856	93	10,86%
Total	3.927	730	31.60 %

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. Elaborado pela autora.

A questão da evasão é discutida na IES de forma geral, no entanto, é preciso considerar que, ao se analisar os grupos minoritários, sejam considerados os contextos sociais nos quais cada grupo está inserido. Demonstrando que mesmo com implementação da Política de Ação Afirmativa na IES estudada, avanços ainda são necessários para garantir a permanência dos mesmos.

Levantamento realizado pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP) em 2009 já apontava para esta situação, revelando que pelo menos 20% (1,2 mil) dos cerca de seis mil estudantes indígenas de cursos de graduação de todo o país não conseguiam terminar seus estudos, a entidade aponta:

[...] como fatores determinantes de evasão indígena nas universidades, o preconceito, a língua, a ausência de conteúdo básico das etapas iniciais da atividade escolar, além do baixo valor das bolsas. Na tentativa de conter esta evasão, as etnias reivindicam a criação de universidades indígenas, bem como, a inserção de disciplinas com temáticas específicas para eles (COUTO, 2009, p. 1).

¹ Os povos indígenas destes municípios podem estar residindo fora dos territórios tradicionais (Reservas Indígenas).



Outra questão que nos chama atenção é a representação dos grupos étnicos entre os acadêmicos indígenas. O relatório da Rede de Saberes (2009) aponta que há ainda diferenças significativas, onde estavam presentes 243 Terenas, 89 Kaiowás, 68 Guaranis, 12 Kadwéu, sete não informados, e 3 Xavantes, dois Kaingang e um Kinikinau. Ao compararmos com os dados demográficos das etnias do estado, observa-se uma sub-representatividade de alguns grupos étnicos, que pode estar relacionada à dificuldade de acesso e a baixa escolaridade, conforme nos aponta os estudos desenvolvidos por Bittar e Almeida (2006) e Brand e Calderoni (2012).

O Programa Vale Universidade Indígena (PVUI), criado a partir do Decreto n.º 11.856, de maio de 2005, apoiado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, beneficia acadêmicos de baixa renda. O Governo do Estado executa o repasse da bolsa em forma de benefício social, que é depositado em espécie na conta bancária do acadêmico de Universidade Pública. O acadêmico indígena também recebe auxílio referente ao transporte, como ajuda para se deslocar até a universidade (PDI, 2014-2018).

Foram oferecidas 120 bolsas, 54 acadêmicos indígenas foram beneficiados pelo programa em 2014. Várias hipóteses são elencadas pelos acadêmicos pelo desinteresse pela bolsa: valor baixo (R\$ 300,00) e exigência de cumprimento de carga horária.

Constata-se que em sua trajetória histórica, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, num movimento contra-hegemônico, vem tentando promover mudanças nesse cenário, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Tentando minimizar a exclusão, não somente no sentido de acesso, mas também com atividades e ações que possam promover permanência e acompanhamento na trajetória universitária de alunos indígenas. Entre tais ações destacam-se: monitorias, atividades em grupo, disciplinas e optativa que contemplem a temática indígena, criação Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE, somados as atividades de apoio desenvolvidas no Projeto de extensão Rede de Saberes

A Política de Ação Afirmativa na referida IES é inédita, mesmo diante das adversidades, movimentos contra-hegemônicos têm ocorrido na busca por uma educação híbrida e multicultural.



Portanto, pode-se afirmar que a política de Ação Afirmativa deve ser mais ampla, além de atender às minorias no enfoque educacional a partir da perspectiva racial, deve se estender a extinguir as mazelas de ordem socioeconômica que afetam o país. Portanto, muito ainda há que ser feito para uma ação política emancipatória.

Referências

- ANAIS do Encontro Flacso. 2011 . Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/665.pdf> .
- APPLE, Michael W.; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elizabeth Maciel. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006.
- BRAND. Antonio Jacó; CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. Povos indígenas e formação acadêmica: ambivalências e desafios. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 85-97, jan/abr 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/brand-calderoni.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Sustentabilidade, educação escolar e formação de professores indígenas. **Tellus**, Campo Grande, v. 5, n. 8/9, p. 91-101, abr./out. 2005.
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; ZARPELON, Shirley flores. Indígenas cotistas da uems: acesso, permanência e evasão dos primeiros ingressantes em 2004. **Educação e fronteiras on-line**, Dourados/MS, v. 1, n. 1, p. 65-79, jan/abr. 2011.
- COUTO, Rodrigo. **Estudo aponta que 20% dos universitários índios não conseguem concluir a faculdade no país**. 2009. Disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2009/09/13/brasil> >. Acesso em: 23 dez . 2014.
- GIROUX, Henry A. **A escola crítica e a política cultural**. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1992.
- JEFFREY, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Org.). **Balanco da política educacional brasileira (1999-2009): ações e programas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
- LAZARO, André; TAVARES, Laura (Org.) et al. **Rede de saberes: políticas de ação afirmativa no ensino superior para indígenas no Mato Grosso do Sul**. Coleção estudos afirmativos. Rio de Janeiro: FLASCO, 2013.
- MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, maio/ago 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.



SAUER, Sérgio (REL). **Violações de Direitos Humanos dos Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul**. Relatório da Missão ao Mato Grosso do Sul. Plataforma Dhesca Brasil, 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA – **SIASI**: Dados Epidemiológicos. Campo Grande: Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional - PDI**: 2014 – 2018. Dourados: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.portal.uems.br/assets/uploads/orgaos_colegiados/4_2014-08-25_13-31-56.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS Nº 227, de 29 de novembro de 2002**. Disponível em: <http://www.portal.uems.br/assets/uploads/orgaos_colegiados/1_2014-08-25_12-30-42.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução COUNI-UEMS Nº 437, de 11 de junho de 2014**, Cria o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE. Dourados, 2014. Disponível em: <http://www.uems.br/portal/ailen/repositorio/2014-08-15_11-10-19.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

Erika Kaneta Ferri – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados | Mato Grosso | Brasil. Contato: erika@uems.br

Maria Helena Salgado Bagnato – Universidade Estadual de Campinas. Campinas | São Paulo | Brasil. Contato: mhbagnato@gmail.com

Resumo recebido em junho 2015 e
aprovado em novembro de 2015.